



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 008 e 009

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE MARÇO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Ademir Bier e Felipe Lucas.

Às dezessete horas foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, antecipado de amanhã para hoje, numa homenagem aos nossos professores. E solicito ao meu 1º vice-presidente, deputado Stica, que assuma aqui porque hoje, conforme ele me participou, é o último dia que ele estará como 1º vice-presidente desta Casa.

Então, uma homenagem toda especial para quem demonstrou companheirismo, lealdade, amizade, eu presto essa homenagem.

E solicito, após o Stica assumir a presidência, a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. NATÁLIO STICA

Antes de passar a palavra ao 2º secretário pedir licença aos senhores deputados para fazer uma constatação pública. Eu, como deputado de primeiro mandato, tive a oportunidade de assumir a vice-presidência desta Casa, e foi sem sombra de dúvida para mim uma grande escola, uma escola no aprendizado e uma escola na convivência com os demais deputados. Tive por parte

do presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, o apoio total e irrestrito.

Quero agradecer presidente Hermas, pela condição que o senhor me deu, de por diversas vezes assumir o exercício da Presidência, o que me ajudou muito em meu mandato.

Quero agradecer a todos os deputados pela compreensão que tiveram pelas falhas que tive aqui na Mesa, por ser novato aqui nesta Casa e tive ajuda de todos os deputados. E quero dizer que, na segunda-feira, ao assumir o exercício da liderança do Governo no lugar do deputado Ângelo Vanhoni, que brilhantemente encerra o seu trabalho fechando o Plano de Cargos dos Professores, um trabalho exaustivo, sobre sua liderança, e que agora vai se dedicar ao mandato de deputado e a sua campanha vitoriosa junto à Prefeitura de Curitiba.

Quero pedir ao Vanhoni que continue me ajudando no exercício da liderança e a todos os deputados da base de apoio, o apoio necessário para que eu continue fazendo o trabalho que o Vanhoni fez. Aos deputados de Oposição, quero pedir para que possamos manter o mesmo respeito que Vs. Exas. tiveram com o deputado Vanhoni, porque as nossas divergências, deverão ficar apenas no campo das idéias e das nossas ideologias, sem perder o respeito. E aos independentes, conto com o apoio para que o Governo Requião possa ajudar a governar o Estado do Paraná.

Agradeço portanto, a todos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede de Educação Básica do Paraná, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E EMENDAS DA CECE. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Para encaminhar, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar o deputado Natálio Stica, que de forma brilhante conduziu as Sessões e sempre nos deu a oportunidade à democracia.

Queria cumprimentar mais uma vez o governador Roberto Requião, que com todos os empecilhos, com todas as brigas nossas aqui, ele conseguiu dar um grande avanço na Educação do Estado do Paraná. E que todos os deputados desta Casa votaram a favor do Plano de Cargos e Salários dos Professores do Estado do Paraná.

Um grande avanço, precisamos avançar mais ainda, mas acho que se corrige um pequeno erro e mais para frente pode-se fazer mais pelos professores.

No momento em que homenageio a APP-Sindicato, quero homenagear aqui a figura do professor Sebastião Rocco, que é o nosso, de Ponta Grossa, representando a APP e, que nós particularmente sempre votamos a favor dos professores representando a nossa região. Ao lado desses jovens deputados, com a experiência do deputado Luciano Ducci, que é um dos mais experientes do nosso Bloco, nós votamos junto com a APP, em tudo aquilo que a APP pediu que fosse votado para o bem dos professores.

Aplaudir o secretário Maurício Requião, que teve coragem, decência, que conversou e que está aprovado esse Plano de Cargos e Salários dos Professores. Ao mesmo tempo, pedir ao nosso ilustre governador do Estado, que não precisa dizer que os deputados não querem votar durante o recesso, que os deputados queriam receber jeton. Nenhum deputado queria receber jeton para estar aqui votando.

O nosso presidente Hermas Brandão definiu que hoje seria votado o Plano de Cargos e Salários e aqui está cumprido aquilo que prometeu o presidente. O governador não precisa pisar em cima dos deputados, para dizer que os deputados não queriam votar o Plano de Cargos e Salários. Durante o recesso todos nós estávamos à disposição. O Plano de Cargos e Salários só não foi votado no recesso porque não estava pronto, tinha falhas, tinha acordos e, não porque os deputados não queriam votar porque queriam o jeton.

Queria deixar esse registro e, apenas entender o governador, que essa foi mais uma brincadeira, um lance de mídia do governador na sua escola do professor Requião.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Não poderia deixar de parabenizar V. Exa. pelo brilhante trabalho que fez, quando assumiu a presidência desta Casa, com certeza vai desempenhar esse papel bonito, brilhante também na liderança do Governo.

Não poderia deixar de parabenizar a APP-Sindicato, pela grande conquista. Estou nesta Casa há três anos, e desde que entrei aqui, estou acompanhando a luta da APP. Sabemos o que aprovamos hoje foi o que foi possível. Quando o Vanhoni defendia na tribuna que nós estávamos dando um passo, mas não era o passo definitivo, porque nem tudo aquilo que os professores sonham, que querem e merecem, e nós sabemos que merecem, foi possível nesse projeto. Mas foi o que foi possível acordar com o Governo neste momento.

Parabéns a todos os professores, que lutam, não se cansam e não podem em nenhum momento desanimar, tem muitas coisas ainda para serem conquistadas. Nós com certeza, naquilo que for possível, naquilo que estiver no nosso limite estaremos aqui dando todo o apoio, toda a força, para que muitas e muitas conquistas aconteçam. Porque nesses três anos de Casa foi a primeira vez, sinto-me emocionada, poder votar um projeto como esse que vem contemplar os professores que estão na ativa e os inativos.

Fico feliz de votar esse projeto e atribuo essa conquista a APP - Sindicato, aos professores. Foram oito anos com greve de fome, foram oito anos labutando para poder ver aprovado esse projeto, esse Plano de Carreiras e Salários dos Professores. Entendemos a Oposição que aqui apresentou algumas emendas e, claro, gostaríamos que, de repente, fossem contempladas todas, embora algumas estão contempladas. Não é verdade que se tira os sessenta dias dos professores. Sabemos que eles não recebiam sessenta dias de férias e sim 1/3 de férias em cima de trinta dias e o projeto permanece com trinta dias de férias e também com trinta dias de recesso, podendo, de repente, ser chamado para alguns dias, dez dias no máximo, para cursos de aperfeiçoamento.

Senhor presidente, entendemos que ao longo desses três anos, temos muito há conquistar e queremos estar sempre juntos, votando com a APP-Sindicato, votando para que os professores possam alcançar muitas conquistas atribuídas à luta que a APP vem desenvolvendo.

Muito obrigada, senhor presidente!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para encaminhar, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Não poderia deixar de manifestar o nosso reconhecimento pelo trabalho que executou à frente da 1ª Vice-Presidência, da forma que conduziu os trabalhos. Um deputado novo que enfrentou um desafio muito grande nesta Casa e, portanto, o nosso reconhecimento. Que seja bem-vindo à Liderança do Governo! Terá entre os companheiros da base aliada todo apoio, todo suporte necessário para que possa bem desempenhar o seu trabalho e a sua função.

Também gostaria de deixar consignado o meu reconhecimento e a satisfação em hoje poder ter tido a oportunidade, junto com os demais companheiros da

Assembléia, de votar o Plano de Carreiras e Vencimentos do Magistério Público do Estado do Paraná. É, sem dúvida, um dos projetos mais importantes, reclamado há muitos anos e que, hoje, com certeza, muitos professores que aqui estão de todo interior do Estado e da Capital vão para casa com a sensação de que estão levando algo de positivo, algo de segurança para sua carreira e as suas vidas.

É importante. Não conseguimos tudo, mas conseguimos a maior das conquistas, que foi uma lei que lhes assegura progressão de carreira e, sobretudo, a certeza de onde começam e onde terminam quando forem requeridas as suas aposentadorias.

Parabéns aos professores! Parabéns à APP! Parabéns, sobretudo, ao Governo Roberto Requião que se dispõe a investir, pois na educação se investe, trezentos milhões de reais/ano para custear o novo plano. Parabéns, senhores professores! Parabéns à APP, que soube com galhardia enfrentar os anos áridos do Governo Jaime Lerner!

A SRA. ELZA CORREIA

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Só um segundo, presidente, para não avançar muito no tempo, porque o mais importante é resolvermos, definitivamente, o projeto dos professores.

Quero cumprimentá-lo também, não preciso fazer discurso porque V. Exa. sabe do respeito, da consideração que tenho por V. Exa., da confiança no seu trabalho e da sua competência aqui na Assembléia. Quero somente colocar que me sinto honrada de fazer parte deste Parlamento e desta Legislatura que aprova o Plano de Cargos e Salários dos Professores. O plano ideal ainda não, mas o plano possível, pensado com a APP, com os professores, com o Governo, numa grande demonstração de maturidade e de exercício democrático.

Para encerrar, gostaria de dizer que me sentirei igualmente feliz - e conversava com o nosso presidente - quando esta Casa puder votar também o Plano de Cargos e Salários dos nossos funcionários que, igualmente, merecem.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Obrigado.

Antes de colocar em votação, quero lembrar aos senhores deputados que teremos mais uma Sessão na seqüência para votar definitivamente a redação final.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Antes do projeto ser encaminhado para votação final, fui citado várias vezes e se me exaltei nas palavras, peço perdão de público, mas como novato, quero deixar

registrado que não foi necessariamente aos novatos. O que achei curioso nesse processo é que a preocupação se acentuou mais com os professores só agora. Então, isso que achei estranho.

Então, exaltei-me na palavra e sei que é um plano fantástico, que irá valorizar a carreira do professor, porque estudei muito profundamente e se avançou no que foi possível.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está em votação o substitutivo aprovado em 2ª discussão.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado por unanimidade.

Peço aos senhores parlamentares que permaneçam no Plenário para, na seqüência, darmos início a mais uma Sessão, que fará a leitura, daí sim, da Redação Final do projeto a ser votado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 408/2003

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de dezembro de 2003, conforme especifica:

ROSE MARI COLETTI
MÁRIO PRECHLAK
TEREZA FERNANDES
SANTINA FERNANDES DA SILVA
ROZANI KOVALKI
CLAUDETE GORGES
ANA CRISTINA ESMERALDINO
LELIANE VERA VAZQUEZ
REINOLDO FERNANDES DA SILVA
NOEMI MENDER

AGNALDO MENDER

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 409/2003

I - Exonerar, a pedido, WILSON RANUCCI, do cargo em Comissão, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de dezembro de 2003.

II - Exonerar, a pedido, JOCINÉIA ALVES LEITE, do cargo em Comissão, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de dezembro de 2003.

III - Exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS FERRAZ GALANTE, do cargo em Comissão, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de dezembro de 2003.

IV - Exonerar, a pedido, JOÃO FELIX LEITE, do cargo em Comissão, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de dezembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 410/2003

I - Exonerar, a pedido, HELENA QUEROBINA BEREZA, do cargo em Comissão, do gabinete do deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de dezembro de 2003.

II - Prover, DANIEL GAIDEX JUNIOR, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de dezembro de 2003.

III - Exonerar, a pedido, WILSON TEIXEIRA DE ALMEIDA, do cargo em Comissão, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de dezembro de 2003.

IV - Prover, ZILOAH CORTES MONCLARO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de novembro de 2003.

V - Prover, MARIZIA TERESINHA KNACK, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Reni Pereira, a partir de 1º de dezembro de 2003.

VI - Exonerar, a pedido, TELMA CORDEIRO RAYSEL, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de dezembro de 2003.

VII - prover, RENATO SÁ FORTES FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de dezembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 411/2003

Prover, MARGARETE PAZA MACHADO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de dezembro de 2003.

(Prot. nº 10170/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 412/2003

I - Exonerar, a pedido, JOAQUIM EDUARDO MADRUGA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do

gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de dezembro de 2003.

II - Exonerar, a pedido, JULIANA ESCHER, do cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de dezembro de 2003.

III - prover, JOAQUIM EDUARDO MADRUGA, para exercer o cargo em Comissão junto ao gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de dezembro de 2003.

IV - prover, JULIANA ESCHER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de dezembro de 2003.

(Prot. nº 10201)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 413/2003

I - Exonerar, a pedido, GERTRUDES GOETZ MARCONCIN, do cargo em Comissão, do gabinete da deputada Arlete Caramês, a partir de 1º de dezembro de 2003.

II - prover, MIRZEY FÁTIMA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão junto ao gabinete da deputada Arlete Caramês, a partir de 1º de dezembro de 2003.

(Prot. nº 10263/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 414/2003

I - prover, ALESSANDRA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado André Vargas, a partir de 1º de dezembro de 2003.

(Prot. nº 10264/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 415/2003

I - prover, ADRIANA VIEIRA DE ARAÚJO LIMA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de dezembro de 2003.

(Prot. nº 10305/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.12.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 416/2003

I - Exonerar, a pedido, OSMAR CAMPOS, do cargo em Comissão, do gabinete do deputado Padre Paulo Campos, a partir de 1º de dezembro de 2003.

II - prover, JOSÉ DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Padre Paulo Campos, a partir de 1º de dezembro de 2003.

(Prot. nº 10464/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.12.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 417/2003

I - Exonerar, a pedido, MARCOS ROBERTO SOARES, do cargo em Comissão, do gabinete do deputado Ailton Araújo, a partir de 1º de dezembro de 2003.

(Prot. nº 10629/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.12.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA**

**REALIZADA EM
03 DE MARÇO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Padre Paulo Campos e Felipe Lucas.

Às dezessete horas e quinze minutos foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não há Ata a ser lida, nem oradores inscritos.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Antes, porém, de colocar em votação final, quero, por uma questão de justiça, agradecer também a todos os funcionários que me ajudaram no exercício do mandato da vice-Presidência, e em especial os assessores aqui da Mesa, a Maria Joaquina, o Luiz, o Caxias, o Mário e o

diretor Celso, que foram o meu Regimento vivo aqui ao meu lado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede de Educação Básica do Paraná, conforme especifica. **Aprovado por unanimidade.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta lei institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º - Integram a Carreira do Professor da Rede Estadual de Ensino de Educação Básica os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades nos Estabelecimentos de Ensino, nos Núcleos Regionais da Educação, na Secretaria de Estado da Educação e nas unidades a ela vinculadas, incluídas as de direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa, atuando na Educação Básica, nos termos da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná.

Capítulo II

Dos Princípios e Garantias

Art. 3º - O Plano de Carreiras do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional e contínuo e a valorização do Professor através de remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado, baseado nos seguintes princípios e garantias:

I - reconhecimento da importância da carreira pública e de seus agentes;

II - profissionalização, que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional, com remuneração digna e condições adequadas de trabalho;

III - formação continuada dos Professores;

IV - promoção da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania;

V - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais de democracia;

VI - gestão democrática do ensino público estadual;

VII - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

VIII - avanço na Carreira, através da promoção nos Níveis e da progressão nas Classes;

IX - gestão democrática das escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, mediante consulta à comunidade escolar para a designação dos diretores de escolas nos termos da lei;

X - existência dos Conselhos Escolares em todas as escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná;

XI - período reservado ao Professor, incluído em sua carga horária, a estudos, planejamento e avaliação do trabalho discente.

Capítulo III

Dos Conceitos Fundamentais

Art. 4º - Para efeito desta lei entende-se por:

I - Cargo: centro unitário e indivisível de competência e atribuições, criado por lei, com denominação própria, em número certo e remuneração paga pelo Poder Público, provido e exercido por um titular, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;

II - Carreira: conjunto de Níveis e Classe que definem a evolução funcional e remuneratória do Professor, de acordo com a complexidade de atribuições e grau de responsabilidade;

III - Nível: divisão da Carreira segundo o grau de escolaridade, Titulação ou Certificação no Programa de Desenvolvimento Educacional;

IV - Classe: divisão de cada Nível em unidade de progressão funcional;

V - Professor: servidor público que exerce docência, suporte pedagógico, direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa exercida em Estabelecimentos de Ensino, Núcleos Regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas;

VI - Docência: atividade de ensino desenvolvida pelo Professor, direcionada ao aprendizado do aluno e consubstanciada na regência de classe;

VII - Hora-aula: tempo reservado à regência de classe, com a participação efetiva do aluno, realizado em sala de aula ou em outros locais adequados ao processo ensino-aprendizagem;

VIII - Hora-atividade: tempo reservado ao Professor em exercício de docência para estudos, avaliação e planejamento, realizado preferencialmente de forma coletiva.

Capítulo IV

Da Estrutura da Carreira

Art. 5º - A Carreira de Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná é integrada pelo cargo único de provimento efetivo de Professor e estruturada em 06 (seis) Níveis, cada um deles composto por 11 (onze) Classes, conforme detalhado no Anexo I - Tabela de Vencimentos, da presente lei.

§ 1º - Para o exercício do cargo de Professor é exigida a habilitação específica para atuação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, obtida em curso de licenciatura, de graduação plena.

§ 2º - Para o exercício do cargo de Professor nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental e na Educação Infantil é admitida a formação de Professor em nível médio.

§ 3º - Para o exercício do cargo de Professor na Educação Profissional, durante o estágio probatório, é admitida a formação específica referente ao curso, condicionando-se a sua efetivação no cargo à realização de complementação pedagógica para obtenção de licenciatura plena.

§ 4º - Para o exercício do cargo de Professor nas atividades de coordenação, administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional é exigida graduação em Pedagogia.

§ 5º - A todos os ocupantes do cargo de Professor é assegurado o direito de exercer as funções de direção escolar, nos termos da lei.

Art. 6º - A tabela de vencimentos do Professor é composta por 06 (seis) níveis denominados Especial I, Especial II, Especial III, Nível I, Nível II e Nível III, aos quais estão associados critérios de Titulação e Certificação, conforme previsto nesta lei.

§ 1º - Os valores dos vencimentos dos Níveis Especial III, Especial II e Especial I correspondem a 85% (oitenta e cinco por cento), 75% (setenta e cinco por cento) e 70% (setenta por cento), respectivamente, do valor do vencimento do Nível I, tomado como referência para o presente Plano de Carreira.

§ 2º - O valor do vencimento do Nível II corresponde ao valor do vencimento do Nível I acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º - O valor do vencimento do Nível III, Classe 1, corresponde ao valor do vencimento do Nível II, Classe 11, acrescido de 5% (cinco por cento).

§ 4º - Cada um dos níveis descritos no *caput* deste artigo é composto por 11 (onze) classes designadas pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, associadas a

critérios de avaliação de desempenho e participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional.

§ 5º - Em um mesmo nível haverá uma diferença percentual de 5% (cinco por cento) entre uma classe e outra, de modo que a Classe 2 de cada nível corresponda ao valor da Classe 1 acrescido de 5% (cinco por cento), e assim sucessivamente até a Classe 11, que corresponde ao valor da Classe 10 acrescido de 5% (cinco por cento).

Capítulo V

Do Provimento e Desenvolvimento na Carreira

Seção I

Do Ingresso

Art. 7º - O cargo de Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, com descrição estabelecida no Anexo II - Descrição de cargo, da presente lei, é acessível aos brasileiros natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, com o ingresso no Nível I, Classe 1, da Carreira, mediante concurso público de provas e títulos.

§ 1º - O exercício profissional do titular do cargo de provimento efetivo de Professor será vinculado à área de conhecimento para a qual tenha prestado concurso público, ressalvado o exercício, em caráter excepcional, quando habilitado para o magistério em outra área de conhecimento e indispensável para o atendimento de necessidade de serviço.

§ 2º - As exigências referidas neste artigo deverão estar satisfeitas e apresentadas pelos aprovados no concurso público, sendo desnecessário apresentá-las por ocasião da sua inscrição.

Art. 8º - Em caso de vacância, os cargos de Professor deverão ser supridos por concurso público que terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

Art. 9º - É assegurada aos candidatos com deficiência a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso público para provimento no cargo de Professor com atribuições compatíveis à deficiência.

Seção II

Do Estágio Probatório

Art. 10 - O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício, a contar da data de seu início, durante o qual o Professor é avaliado para atingir a estabilidade no cargo para o qual foi nomeado.

§ 1º - Durante o estágio probatório aos Professores serão proporcionados meios para sua integração e desenvolvimento de suas potencialidades em relação ao interesse público.

§ 2º - Cabe à Secretaria de Estado da Educação garantir os meios necessários para acompanhamento e

avaliação de desempenho dos Professores em estágio probatório.

§ 3º - Em caso de reprovação na avaliação, o Professor será exonerado, mediante processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa.

Seção III

Da Promoção e Progressão na Carreira

Art. 11 - A promoção na carreira é a passagem de um nível para outro, mediante titulação acadêmica na área da educação, nos termos de resolução específica, ou certificação obtida por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, previsto nesta lei, com critérios e formas a serem definidos por lei.

I - Os Níveis Especial I, Especial II e Especial III ficam reservados aos profissionais referidos no artigo 5º, § 2º, desta lei, que possuam formação em Nível Médio, Licenciatura Curta e Licenciatura Curta com estudos adicionais, respectivamente;

II - será promovido para o Nível I, na mesma Classe em que se encontra na carreira, o Professor de Nível Especial que obtiver Licenciatura Plena;

III - será promovido para o Nível II, na mesma classe em que se encontra na carreira, o Professor com Licenciatura Plena que obtiver pós-graduação com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, na área da educação, com critérios definidos pela Secretaria de Estado da Educação;

IV - será promovido para o Nível III, Classe 1, o Professor que estiver no Nível II, Classe 11, e que obtiver certificação por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, nos termos da lei, para a qual será aproveitada a titulação obtida em curso de pós-graduação como critério total ou parcial para obtenção da certificação.

§ 1º - Entende-se por Titulação ou Habilitação, a Licenciatura Plena, a Especialização, o Mestrado e o Doutorado, obtidos em curso autorizado e reconhecido pelos órgãos competentes, ou, quando realizados no exterior, devidamente validado por instituição brasileira pública, competente para este fim.

§ 2º - Entende-se por Certificação aquela obtida por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, previsto nesta lei, para fins de promoção na carreira.

§ 3º - As promoções previstas nos incisos I, II e III deste artigo ocorrerão a qualquer tempo, e serão efetivadas mediante requerimento do Professor, devidamente instruído, sendo que, uma vez deferido, a remuneração correspondente será paga retroativamente à data do protocolo.

§ 4º - A promoção prevista no inciso III ocorrerá dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, com normas de progressão disciplinadas mediante

lei específica e remuneração paga a partir da data da certificação.

§ 5º - A Secretaria de Estado da Educação garantirá ao Professor que ingressar no Nível III a oportunidade de, em 15 (quinze) anos, alcançar a última Classe da Carreira.

Art. 12 - Fica assegurada ao Professor, quando inscrito em Programa de Complementação de Formação para obtenção de Licenciatura Plena, a compatibilização do horário de estágio curricular supervisionado obrigatório, na área de educação, com o seu horário de trabalho.

Parágrafo Único - Havendo incompatibilidade do horário de estágio curricular supervisionado obrigatório com o seu horário de trabalho, fica assegurado o afastamento do Professor de suas atribuições, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens de caráter permanente.

Art. 13 - Fica assegurado período de afastamento para conclusão dos trabalhos para obtenção de Certificação/Titulação, sem prejuízo funcional e remuneratório, com regulamentação a ser estabelecida em resolução.

Art. 14 - A progressão na carreira é a passagem do Professor de uma classe para outra, dentro do mesmo nível, e ocorrerá mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho, com normas disciplinadas mediante lei, e participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional relacionadas à Educação Básica, bem como à formação do Professor e à área de atuação, nos termos de resolução específica.

§ 1º - A primeira progressão ocorrerá após o cumprimento do estágio probatório.

§ 2º - A avaliação de desempenho deve ser compreendida como um processo permanente, em que o Professor tenha a oportunidade de analisar a sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando, dessa forma, seu crescimento profissional.

§ 3º - A cada interstício de 02 (dois) anos ficam computados até 15 (quinze) pontos para avaliação de desempenho e até 30 (trinta) pontos para atividades de formação e/ou qualificação profissional.

§ 4º - A cada 15 (quinze) pontos acumulados, na forma do parágrafo anterior, o Professor terá garantida a progressão equivalente a 01 (uma) classe, podendo avançar até 03 (três) classes na carreira, por interstício de 02 (dois) anos.

§ 5º - Os pontos não utilizados em determinada progressão serão aproveitados na progressão subsequente, excetuando-se aqueles obtidos em decorrência da avaliação de desempenho.

§ 6º - Fica estabelecida a data de 1º de outubro para a primeira progressão na carreira.

Art. 15 - A Secretaria de Estado da Educação garantirá os meios para progressão do Professor.

Art. 16 - Não poderá ser utilizada a mesma Certificação, Titulação ou comprovante de realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional para mais de uma forma de avanço na carreira, seja por promoção ou progressão.

§ 1º - O Professor detentor de dois cargos poderá usar a nova Certificação, Titulação ou comprovante de realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional em ambos os cargos.

§ 2º - O Professor detentor dos títulos de mestre ou doutor poderá utilizá-los tanto para promoção ao Nível II como para o Nível III, nos termos da presente lei.

Capítulo VI

Das Atividades de Formação e Qualificação Profissional

Art. 17 - A qualificação profissional, visando à valorização do Professor e à melhoria da qualidade do serviço público, ocorrerá com base no levantamento prévio das necessidades, de acordo com o processo de qualificação profissional da Secretaria de Estado da Educação ou por solicitação dos Professores, atendendo com prioridade a sua integração, atualização e aperfeiçoamento.

Parágrafo Único - Ao Professor em estágio probatório fica garantido o desenvolvimento de atividades de integração, com o objetivo de inseri-lo na estrutura e organização dos Sistemas Educacionais e da Administração Pública.

Art. 18 - O Professor que comprovar a realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional terá direito à progressão na carreira, nos termos do artigo 14 desta lei.

Art. 19 - Fica assegurada a participação certificada do Professor convocado para atividades de formação e qualificação profissional promovidas ou previamente autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação sem prejuízo funcional e remuneratório.

Capítulo VII

Do Programa de Desenvolvimento Educacional

Art. 20 - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, destinado ao Professor, com objetivo de aprimorar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Estadual, de acordo com as necessidades educacionais e sócio-culturais da comunidade escolar.

§ 1º - O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE será disciplinado mediante lei, que considere a experiência profissional do Professor e os resultados dela obtidos em benefício da educação, e terá início dentro do

prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da promulgação desta lei.

§ 2º - Enquanto não for aprovada a lei que disciplinará o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, este poderá ser implantado por decreto.

§ 3º - Se o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE não for implantado no prazo estabelecido no parágrafo primeiro, o Professor que, contados 2 (dois) anos a partir da promulgação desta lei, estiver no Nível II, Classe 11, e obtiver curso de pós-graduação *stricto sensu* - mestrado ou doutorado, relacionado à área da educação, será automaticamente promovido para o Nível III, Classe 1, e terá progressão no Nível III a cada interstício de 3 (três) anos, nos termos e condições estabelecidos nesta lei.

Art. 21 - O Professor que obtiver Certificação em decorrência da participação no Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, terá direito à promoção para o Nível III, Classe 1, da carreira e progressão nos termos da lei específica.

Capítulo VIII

Da Remuneração

Seção I

Do Plano de Vencimentos

Art. 22 - Remuneração é a atribuição pecuniária pelo exercício do cargo de Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, que compreende o vencimento, valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, acrescido das gratificações previstas nesta lei.

§ 1º - Integram o vencimento o adicional por tempo de serviço e os valores percebidos pelo Professor em decorrência de aulas ou serviços extraordinários, conforme estabelecido nesta lei.

§ 2º - Sobre o montante da remuneração incidirá contribuição previdenciária mensal, para efeitos de recebimento de proventos de aposentadoria.

§ 3º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, no que se refere às gratificações, aulas e serviços extraordinários, será considerada a média das contribuições.

Art. 23 - O Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná perceberá seu vencimento de acordo com o Anexo I - Tabela de Vencimentos, desta lei.

Art. 24 - Os proventos dos Professores aposentados serão revistos na mesma proporção e data sempre que se modificar a remuneração dos Professores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos Professores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Seção II

Do Adicional por Tempo de Serviço

Art. 25 - O Professor perceberá adicional por tempo de serviço, equivalente a um aumento periódico consecutivo, calculado da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 05 (cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 10 (dez) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

III - 15% (quinze por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 15 (quinze) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 20 (vinte) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

V - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

VI - 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 31 (trinta e um) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

VII - 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 32 (trinta e dois) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

VIII - 40% (quarenta por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 33 (trinta e três) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

IX - 45% (quarenta e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 34 (trinta e quatro) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

X - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

Parágrafo Único - Os adicionais previstos nos incisos VI, VII, VIII, IX e X deste artigo serão percebidos pela Professora a partir de 25 (vinte e cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná, por ano excedente.

Seção III

Do Auxílio Transporte

Art. 26 - Os Professores em exercício nos estabelecimentos de ensino, núcleos regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas receberão auxílio transporte correspondente a 24% (vinte e quatro por cento) sobre o vencimento do Nível I, Classe 5, da carreira, com incidência para todos os efeitos legais, proporcional à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º - O percentual estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser ajustado mediante decreto.

§ 2º - O aumento da carga horária do Professor implicará o correspondente pagamento de auxílio transporte, na mesma proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

Seção IV

Das Gratificações

Art. 27 - Serão concedidas gratificações proporcionais à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com as condições especificadas a seguir:

I - gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do Professor, segundo a carga horária, para o exercício no período noturno, compreendido a partir das 18 (dezoito) horas;

II - gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor corespondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao Professor com habilitação esocífica na área de Educação Especial, quando no exercício de docência e atendimento pedagógico especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais;

III - gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento inicial da Carreira de Professor, correspondente ao Nível I, Classe 1, para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino.

Parágrafo Único - O Professor em exercício da função de Diretor Auxiliar de Estabelecimento de Ensino perceberá gratificação equivalente a 90% (noventa por cento) da gratificação percebida pelo Professor em exercício da função de Diretor.

Art. 28 - As gratificações previstas nesta lei poderão ser percebidas de forma cumulativa, exceto a gratificação prevista no inicos II do artigo anterior, a qual não poderá ser percebida cumulativamente com as demais gratificações.

Capítulo IX

Do Regime de Trabalho e das Férias

Art. 29 - O regime de trabalho do Professor será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, por cargo.

§ 1º - O regime de trabalho do Professor que ministrar aulas nas disciplinas de ensino profissional poderá ser de 10 (dez) horas semanais, com vencimento equivalente à metade do vencimento do Professor com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º - Poderá haver alteração de regime de trabalho de 10 (dez) para 20 (vinte) e de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, por cargo, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, ou o inverso, por acordo que contemple o interesse da Educação, definido pela Secretaria de Estado da Educação, e a opção do Professor, mediante adequação proporcional de seu vencimento à carga horária trabalhada.

§ 3º - O Professor com regime de trabalho de 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais poderá prestar serviço ou ministrar aula extraordinária, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo, para tanto, remuneração proporcional à carga horária trabalhada, sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira.

Art. 30 - A hora-aula do Professor em exercício de docência será de até cinquenta minutos, assegurado ao aluno o mínimo de oitocentas horas anuais, nos termos da lei.

Art. 31 - É garantida a hora-atividade para o Professor em exercício de docência, correspondente a 20% (vinte por cento) da carga horária do seu regime de trabalho.

Parágrafo Único - A hora-atividade deverá ser cumprida na escola, podendo ser cumprida fora da escola, excepcionalmente, em atividades autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação, desenvolvidas no interesse da educação pública.

Art. 32 - As férias do Professor serão de 30 (trinta) dias consecutivos, segundo o calendário escolar elaborado de acordo com as normas previstas em lei.

Parágrafo Único - Os Professores em exercício nos Estabelecimentos de Ensino, terão direito, além das férias previstas no *caput* deste artigo, a um recesso remunerado de 30 (trinta) dias, condicionado ao cumprimento do calendário escolar, composto de 200 (duzentos) dias letivos e 10 (dez) dias destinados a atividades de formação continuada.

Capítulo X

Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 33 - Os cargos de Professor e especialista de Educação, que compõem o Quadro Próprio do Magistério da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, ficam transformados em cargos de Professor, sendo que os ocupantes dos referidos cargos ficam enquadrados no pre-

sente Plano de Carreira do Professor, obedecidos os critérios estabelecidos nesta lei.

Art. 34 - Ficam criados mais 24 (vinte e quatro) mil cargos de Professor para compor a Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, a serem oportunamente preenchidos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

Art. 35 - Será constituída comissão pelos secretários de Estado da Educação e da Administração e Previdência para proceder e acompanhar o processo de enquadramento.

Parágrafo Único - O servidor que se sentir prejudicado poderá requerer reavaliação à comissão que, no caso de indeferimento, remeterá ao secretário de Estado da Administração e Previdência, em grau de recurso.

Art. 36 - Os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Magistério Público Estadual, regidos pela Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976, ficam enquadrados no presente Plano de Carreira do Professor, no nível correspondente à sua titulação, da seguinte forma:

I - ficam enquadrados no Nível Especial I os atuais ocupantes de cargo de Professor e especialista de educação - PC3, do Quadro Próprio do Magistério;

II - ficam enquadrados no Nível Especial II os atuais ocupantes de cargo de Professor e especialista de educação - PD4, do Quadro Próprio do Magistério;

III - ficam enquadrados no Nível Especial III os atuais ocupantes de cargo de Professor e especialista de educação - PE5, do Quadro Próprio do Magistério;

IV - ficam enquadrados no Nível I os atuais ocupantes de cargo de Professor e especialista de educação - PF6, do Quadro Próprio do Magistério;

V - ficam enquadrados no Nível II os atuais ocupantes de cargo de Professor e especialista de educação - PG7, do Quadro Próprio do Magistério.

Parágrafo Único - O enquadramento do Professor nas respectivas classes em que se encontram será feito na forma do Anexo III - Tabela de Enquadramento, desta lei.

Art. 37 - Os Professores e Especialistas de Educação aposentados oriundos do Quadro Próprio do Magistério ficam igualmente enquadrados no presente Plano de Carreira, na matriz de vencimentos que corresponda à sua habilitação/titulação obtida anteriormente à sua aposentadoria, na Classe em que se encontrava quando a obteve.

Art. 38 - Aos Professoresa amparados pela Lei nº 10219/92 e aos pertencentes ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, uma vez atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 75/95, fica assegurado o

enquadramento no presente Plano de Carreira, nos termos da lei.

Art. 39 - Ficam considerados em extinção, permanecendo com as mesmas nomenclaturas, os cargos de orientador educacional, supervisor educacional, administrador escolar na medida em que vagarem, assegurando-se tratamento igual ao que é oferecido ao Professor, inclusive o direito ao desenvolvimento na carreira, para aqueles que se encontram em exercício.

Art. 40 - Os Professores e Especialistas de Educação que se encontrarem, à época de implantação do presente Plano de Carreira do Professor, em licença sem vencimentos para trato de interesse particular, serão enquadrados por ocasião da reassunção, nos termos desta lei.

Art. 41 - O enquadramento não ensejará redução de vencimentos.

Art. 42 - Ao ocupante do cargo de Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná é assegurada, nos termos da Constituição Federal, a liberdade de associação sindical, com os direitos e garantias a ela inerentes.

Art. 43 - Fica assegurado ao Professor em disponibilidade funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe o direito de promoção e progressão na carreira, e retorno à lotação de origem.

Seção II

Das Disposições Transitórias

Art. 44 - Para garantir os direitos previstos nesta lei, cuja eficácia dependa de regulamentação ou de disciplina legal, aplicam-se as normas regulamentares vigentes.

Art. 45 - Para efeitos de promoção e progressão na carreira, ficam resguardadas as situações contempladas pela Lei Complementar nº 100/2003.

Art. 46 - O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual Básica do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta lei, revogando-se os artigos 10, 11, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 56, 61, 71, 72, 76 da Lei Complementar nº 7, DE 22 de dezembro de 1976, a Lei Complementar nº 13, de 23 de dezembro de 1981, o artigo 1º da Lei Complementar nº 16, de 8 de julho de 1982, a Lei Complementar nº 31, de 11 de dezembro de 1986, o artigo 1º, da Lei Complementar nº 33, de 11 de dezembro de 1986, e o *caput* do artigo 1º, da Lei Complementar nº 34, de 11 de dezembro de 1986.

Art. 47 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, inclusive financeiros, a partir de fevereiro de 2004.

Sala das Comissões, em 03.03.2004.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis nºs 268, 380, 500, 543, 600 e 699/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 048, 256, 422 e 700/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 013/2004

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SIMÃO BERBETZ, matrícula nº 40664, funcionário desta Assembléia Legislativa, admitido em 02 de maio de 1986, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado no gabinete da Diretoria Geral, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6174/70, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 7198/2003)

PORTARIA Nº 014/2004

conceder licença maternidade à servidora deste Poder Legislativo, ÚRSULA FERNANDA S. COAS, matrícula nº 5131, de cento de vinte (120) dias, a partir de 12 de dezembro de 2003.

(Prot. nº 10840/2003)

PORTARIA Nº 015/2004

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARJORIE BALDI, matrícula

nº 5798, de noventa (90) dias, a partir de 09 de janeiro de 2004, término em 08 de abril de 2004. CID 10 C.92.0.

(Prot. nº 152/2004)

PORTARIA Nº 016/2004

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ILKA FINIMUNDO, matrícula nº 40477, de trinta (30) dias, a partir de 19 de janeiro de 2004, término em 18 de fevereiro de 2004. CID 10 H25 E r.22.2.

(Prot. nº 269/2004)

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.02.2004.

PORTARIA Nº 017/2004

prorrogar a disposição, para prestar serviços como Diretor-Geral da Casa Civil, o servidor deste Poder Legislativo, ROGÉRIO HELIAS CARBONI, matrícula nº 40825, até 31 de dezembro de 2004, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 354/2004)

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.02.2004.

PORTARIA Nº 018/2004

prorrogar a disposição, da Prefeitura Municipal de Curitiba, o servidor deste Poder Legislativo, DEONILSON ROLDO, até 12 de fevereiro de 2004, sendo com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 719/2004)

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.03.2004.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de março de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a senhora deputada Cida Borghetti apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 003/2004, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

Eliza Soto Maior Maruska Sotto Maior - Secretária